

# LIBRA, MOEDA VIRTUAL DO FACEBOOK, UM NOVO CASO CREDIT SCORING?

*LIBRA, FACEBOOK VIRTUAL CURRENCY, A NEW CREDIT SCORING CASE?*

**Mariana Monteiro<sup>1</sup>**

Doutora em Economia pela Universidade de Brasília (UnB)

**RESUMO:** O texto propõe a reflexão, motivado pelo anúncio do lançamento da Libra, moeda virtual do Facebook, acerca da possibilidade de desenvolvimento de um sistema *credit scoring* com dados das transações financeiras realizadas em Libra e dados da rede social Facebook.

**ABSTRACT:** *The text proposes the reflection, motivated by the announcement of the launch of Libra, Facebook's virtual*

*currency, about the possibility of developing a credit scoring system with data from financial transactions made in Libra and data from the Facebook social network.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito civil; direito privado e novas tecnologias; *credit score*; proteção de dados.

**KEYWORDS:** *Private law; new technologies; credit score; data protection.*

**E**m 18 de junho de 2019, o Facebook anunciou o lançamento da Libra, sua moeda virtual, para 2020. À luz da tese firmada pelo STJ no Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.419.697/RS, pretende-se discutir os efeitos, na esfera civil, da possibilidade de desenvolvimento de um sistema *credit scoring* com dados das transações financeiras realizadas em Libra e dados da rede social Facebook.

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Analista Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS). *E-mail:* monteiom1984@gmail.com.

Após breves considerações de teoria monetária, notadamente de moeda e crédito, são apresentadas as informações disponíveis até o presente momento sobre a Libra, a moeda virtual a ser lançada pelo Facebook em 2020. Em seguida, é analisado o caso *credit scoring* por meio do julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.419.697/RS pelo STJ. Por fim, é proposta a reflexão, no campo do Direito Civil, acerca da possibilidade de um sistema *credit scoring* com dados das transações financeiras realizadas em Libra e dados da rede social Facebook.

Por um lado, a interpretação literal das proibições do art. 3º, § 3º, da Lei nº 12.414/2011, quanto a informações excessivas e informações sensíveis, levaria à conclusão de vedação de um sistema *credit scoring* com dados do Facebook no ordenamento jurídico brasileiro. Por outro lado, a tese firmada pelo STJ no Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.419.697/RS admite a valoração de informações pessoais no sistema *credit scoring*, desde que respeitados os limites legais previstos no art. 187 do Código Civil. Assim, caberá aos operadores do Direito, quando confrontados com a realidade fática, a interpretação acerca da ilicitude de um possível sistema *credit scoring* com dados das transações financeiras realizadas em Libra e dados da rede social Facebook.

## REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, A. A.; CARMONA, C. U. M. Modelagem do risco de crédito: um estudo do segmento de pessoas físicas em um banco de varejo. *REAd – Revista Eletrônica de Administração*, ed. 40, v. 10, n. 4, jul./ago. 2004.

BRANCO, S. Prefácio. In: MAGRANI, E. *Entre dados e robôs: ética e privacidade na era da hiperconectividade*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019. p. 11-14. Disponível em: <<http://eduardomagrani.com/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=eyCbjvJKS5nu77jVXYPQwTa1Yr67y785QirOLEmhJKQ>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm)>. Acesso em: 8 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 8 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12414.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12414.htm)>. Acesso em: 8 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm)>. Acesso em: 8 jul. 2019.

BRASÍLIA. Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.419.697/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1343042&num\\_registro=201303862850&data=20141117&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1343042&num_registro=201303862850&data=20141117&formato=PDF)>. Acesso em: 8 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.304.736/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1489563&num\\_registro=201200318393&data=20160330&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1489563&num_registro=201200318393&data=20160330&formato=PDF)>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CACHAPUZ, Maria Cláudia Mércio. Tratamento à informação sobre (in)adimplemento e bancos de cadastro positivo: registro, esquecimento e ilicitude. *RJLB – Revista Jurídica Luso-Brasileira*, ano 3, n. 1, p. 483-507, 2017.

\_\_\_\_\_. *A obrigação pelo discurso jurídico: a argumentação em temas de direito privado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2018.

MAGRANI, E. A Internet das coisas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23898/A%20internet%20das%20coisas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

RESENDE, André Lara. *Juros, moeda e ortodoxia: teorias monetárias e controvérsias políticas*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2017.

ROGOFF, Kenneth S. *The Curse of Cash*. Princeton: Princeton University Press, 2016. Disponível em: <<https://altexploit.files.wordpress.com/2017/01/kenneth-s-rogoff-the-curse-of-cash-princeton-university-press-2016.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

WOODFORD, M. *Monetary Policy in a World Without Money*. *NBER Working Papers*, Cambridge, n. 7853, ago. 2000. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w7853.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

